



# **ASSOCIATIVISMO PORTUGUÊS NA CONSTRUÇÃO DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO: TRABALHO, GÊNERO E COTIDIANO**

**Maria Aparecida Macedo Pascal**  
**Universidade Presbiteriana Mackenzie**

A partir de 1870, um número significativo de imigrantes portugueses que vieram destinados à atividade agrícola foram repatriados em virtude das péssimas condições de vida, doenças e miséria.

Inúmeros trabalhos têm analisado as conseqüências desta imigração em seus aspectos positivos e negativos; sabemos que para cada imigrante bem sucedido existiam centenas que retornaram. As condições precárias aqui encontradas favoreceram os movimentos associativos para atender estes desafortunados, que não contavam com o Estado para ajudá-los.

Em São Paulo foram criadas pelos imigrantes portugueses, inúmeras instituições de auxílio mútuo, socorros e amparo, a compatriotas em graves dificuldades.

Muito mais difíceis foram as condições de vida dos imigrantes portugueses destinados à actividade agrícola, muitas vezes encaminhados para regiões inóspitas, onde as condições climatéricas e as doenças tropicais frequentemente causaram a ruína e, muitas vezes a morte. Não foi infrequente a necessidade de repatriar números significativos de imigrantes portugueses no Brasil por razão de doença ou de absoluta miséria. Nestes termos não é de estranhar que se tenha criado um poderoso movimento associativo dos portugueses no Brasil, por via do esforço daqueles a quem a boa fortuna tenha bafejado, em favor de todas as vítimas da má sorte.<sup>1</sup>

As organizações de carácter religioso foram numerosas nos séculos XVII e XVIII, mas se reduziram no século XX. As misericórdias características do espírito humanitário cultural-religioso português e a solidariedade típica dos trabalhos na zona rural entre camponeses foram importantes raízes para este movimento de cooperação e ajuda mútua, que mais tarde constituíram a base da solidariedade de classe. Esta solidariedade predominava em função desses grupos manterem laços consangüíneos e de amizade.

“Os imigrantes portugueses tinham grande sentido de cooperação e solidariedade, que talvez fosse oriundo das práticas de mutirão e trabalho conjunto nas fainas agrícolas e de pastoreio dos pequenos povoados em que a população aldeã mantinha também vínculos consangüíneos (...) O Espírito humanitário pregado também incentivava a idéia de misericórdia que aparece em algumas dessas organizações mesmo profanas”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Trindade, Maria Beatriz Rocha. Sociologia das Imigrações. Lisboa, Universidade Aberta . p.151

<sup>2</sup> Lobo, Eulália M. Lahmeyer. op. cit. p.142

Todos estes aspectos contribuíram para o mutualismo e as mais variadas formas de associativismo praticadas pelos portugueses no Brasil.

Os estudos recentes no Brasil sobre a história do sindicalismo e da classe operária na maioria das vezes não reconhecem a importância das sociedades mutualistas para o movimento operário. Através de contribuições mensais, os socorros mútuos garantiam aos sócios serviços médicos, ajuda a órfãos e viúvas, o atendimento previdenciário, numa época em que era de total a omissão do Estado diante de tais questões.

Em algumas posturas teóricas de historiadores e cientistas sociais que tratam do tema, percebe-se as inúmeras razões da pouca importância dada ao movimento mutualista.

O Mutualismo era visto como embrião das organizações e partidos operários ou ainda a forma mais elementar de organização da classe operária.<sup>3</sup> Sendo considerado como antecessor dos sindicatos e incompatível com as relações capitalistas, era dado como certo seu desaparecimento após o fim da escravidão. Contudo, as sociedades de Socorros Mútuos continuaram crescendo até os meados dos anos 20, concentradas sobretudo nas cidades de São Paulo e Santos.

O mutualismo foi virtualmente soterrado pela luta de classes; a classe operária sob influência anarco-sindicalista, desenvolveu as ligas de resistência e sindicatos de ofícios vários: a burguesia através do Estado e da Igreja, tomava iniciativas no campo da filantropia e do paternalismo assistencialista. As associações mutualistas sobreviventes são uma espécie de ruínas de um passado irrecuperável em sua totalidade.<sup>4</sup>

Ressalta-se o fato de que o mutualismo era visto apenas como a “pré-consciência” do movimento operário, que em sua evolução caminhou para a organização de sindicatos e

---

<sup>3</sup> .Rodrigues, José Albertino. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. São Paulo, Difel. 1968. p. 6

<sup>4</sup> .Hardman, Francisco Foot. Nem Pátria Nem Patrão-Vida operária e cultura Anarquista no Brasil. São Paulo. Brasiliense .1984. p.33

partidos, tendo em vista levar ao poder a classe trabalhadora, instituindo o Estado Socialista.<sup>5</sup>

Este tipo de abordagem evolucionista, não focalizou a dimensão e importância do mutualismo, desconhecendo sua trajetória, fontes inéditas e permanência na sociedade brasileira do início do século.

As sociedades mutualistas se desenvolveram também em função das transformações advindas do café e do rápido processo de urbanização que ocorreu no interior do estado de São Paulo. De certa forma, uma parcela da historiografia desconsiderou a existência dessas sociedades para dar ênfase aos sindicatos e seu caráter de contestação, relegando as mutuais a um segundo plano por não terem essa característica.<sup>6</sup>

O discurso anarquista de certa forma também contribuiu para o isolamento do mutualismo, já que o acusava de preservar o sistema capitalista, atenuando os conflitos e necessidades dos trabalhadores, constituindo uma válvula de escape que impedia a tomada de consciência sobre a verdadeira realidade social.

As Sociedades de Resistência viam o mutualismo como entidades de menor importância e até mesmo de caráter desviantes, porque na medida que se reuniam por etnias, bairros e só excepcionalmente por profissões, contribuíram para alienar os trabalhadores, mascarando as contradições do sistema capitalista. As dificuldades de fontes sobre o mutualismo resultaram num pequeno número de trabalhos historiográficos sobre essa temática.<sup>7</sup>

A assistência social dos portugueses no Brasil descobriu cerca de cinquenta dessas organizações assistenciais de caráter privado, muitas delas originaram-se no ambiente operário e artesanal do final do séc. XIX e primeiras décadas do século XX.<sup>8</sup>

Baseando-se em princípios humanitários estendiam o atendimento na maior parte dos casos a não operários; outras contudo, restringiam suas atividades aos grupos de origem étnica. Entre os portugueses o regionalismo era um traço cultural, presente inclusive no

---

<sup>5</sup> De Luca, Tânia. O Sonho do Futuro Assegurado- O Mutualismo em São Paulo. São Paulo. Contexto.,1990 p. 8

<sup>6</sup> De Luca, op. cit. p. 10

<sup>7</sup> Fausto, Boris. Historiografia da Imigração para São Paulo. São Paulo. Editora Sumaré. FAPESP,1991 p. 40

<sup>8</sup> Silva, Pedro Ferreira da. Assistência Social dos Portugueses no Brasil. São Paulo. Arquimedes Edições,1969.p.25

movimento mutualista, como o caso da Associação Beneficente dos Filhos de Seixas, que só aceitava como sócios os moradores dessa localidade e seus descendentes no Brasil.

Embora a sede dessa associação fosse no Rio de Janeiro tinha filiais em São Paulo, Belo Horizonte, Manaus e Corumbá. Algumas dessas organizações como no caso do Conselho de Seixas, os recursos financeiros vinham de Portugal, para a assistência dos filhos de Seixas no Brasil.<sup>9</sup>

Era a contrapartida dos brasileiros de torna-viagem, termo utilizado para imigrantes portugueses bem sucedidos, que lideravam no país de origem benfeitorias e obras assistenciais. O mutualismo tinha portanto, mão dupla em seus caminhos assistenciais.

Os Congressos Operários de 1906, 1913 e 1918, tomaram várias providências para eliminar as sociedades beneficentes das ligas e sindicatos. Contudo, os trabalhadores da época, sem prescindir da ajuda das mutuais, continuaram contribuindo e criando novas associações, tendo como marco da expansão o ano de 1890, estendendo-se progressivamente até os anos vinte.<sup>10</sup>

Somente a partir de 1935, quando as relações capital e trabalho já tinham sofrido alterações no Governo Vargas, percebe-se o declínio do mutualismo.

Outro aspecto do mutualismo, era que este movimento não se constituía exclusivamente de organizações operárias, sendo organizados por bairros, etnias, credos e profissões, encontrando-se vários segmentos sociais numa mesma sociedade mutualista.

Algumas até foram criadas pela classe patronal, que exigia dos empregados a obrigatoriedade da contribuição, daí evidentemente as críticas do movimento operário e sobretudo dos anarquistas, entretanto todas tinham um caráter previdenciário.

Importante também seria verificar que as mutuais se distinguiam dos sindicatos em seus objetivos, embora convivessem e tivessem dado origem em muitos casos aos mesmos. As atividades beneficentes que nasceram com as mutuais serão desenvolvidas mais tarde pelas organizações sindicais.

Com a Lei Eloy Chaves, de 1923, que criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões, houve uma mudança radical na postura do Estado diante da questão social, mas não se pode

---

<sup>9</sup> . Lobo. op. cit. p.10

<sup>10</sup> De Luca, op. cit. p.19

ignorar que o mutualismo que antecedeu esta fase foi seu ancestral direto e ofereceu sua vasta experiência para a organização das “CAPs”, tendo contribuído também para a luta que resultou numa legislação previdenciária para a classe trabalhadora.

O mutualismo estava relacionado às profundas mudanças introduzidas pela expansão da economia cafeeira, fim do trabalho escravo e introdução de fluxos imigratórios que foram substancialmente alterando não apenas a vida econômica, mas a sociedade e a questão do espaço urbano em São Paulo, produzindo conflitos sociais e formas de resistência ao projeto das elites.

O associativismo quando constituído de operários estimulava a solidariedade, criando ligas, associações para enfrentar a precariedade das condições de trabalho e ausência de proteção do Estado. Evidentemente que ao concentrar uma massa de trabalhadores imigrantes, que fugindo das péssimas condições de vida nas fazendas de café fixavam-se em São Paulo, a cidade vai se tornar palco de inúmeros conflitos produzidos pelo desemprego, baixos salários, habitações degradadas, ausência de saúde e educação.

O movimento operário na época era bastante articulado e combativo. Em Santos, as categorias de ferroviários, portuários e construção civil foram responsáveis por inúmeras greves, sempre violentamente reprimidas pela polícia. Justamente Santos reunia o maior número de sociedades de socorros mútuos. A presença de imigrantes portugueses nesses conflitos e na organização de sociedades mutualistas era notória.

Até 1860, as associações de auxílio não eram controladas pelo poder público. Consideradas de âmbito privado, organizavam seus próprios estatutos. Datam desta época a Sociedade Beneficência Portuguesa e Sociedade Artística Beneficente, fundadas em 1859, ambas com sede em São Paulo.

A primeira lei sobre as associações mutualistas foi criada em agosto de 1860. Estabelecia que as novas entidades a serem fundadas dependeriam do parecer do Imperador no Rio de Janeiro e dos presidentes nas províncias. O poder público exigia das associações a elaboração de estatutos, finalidades, valor da contribuição mensal, serviços prestados aos contribuintes, a forma de escolha dos dirigentes e os números e critérios de admissão dos sócios. Após a análise, a associação era aprovada ou não pelo poder público.

Com a aprovação dos estatutos a sociedade passava a ter personalidade jurídica, adquirindo alguns benefícios como a isenção do imposto do selo. A partir desta data o

controle do Estado efetivava-se sobre o mutualismo, tendo o governo inclusive o direito de indicar o presidente da sociedade.

Até 1881, o número de sociedades foi restrito. Com o final da escravidão, cresceram as mutuais para dar assistência a trabalhadores pobres. Em outros países o mutualismo era realmente uma estratégia capitalista para dissimular a exploração e temia-se que atividades sindicais fossem desenvolvidas pelos mesmos, daí o controle do poder público. O caso francês é típico deste contexto<sup>11</sup>.

Em 1882, a legislação foi alterada necessitando as associações de autorização prévia para assumir forma anônima; as demais, inclusive as mutuais, reger-se-iam pelo direito comum. Em 1893, as sociedades passaram a adquirir personalidade jurídica após a publicação dos estatutos ou parte deles, no Diário Oficial do Estado.

O Código Civil em 1917 consolidou estas normas. Nesta fase o desenvolvimento urbano era considerável e o mutualismo tornava-se cada vez mais importante nesta nova realidade.

Analisando os Diários Oficiais, os Anuários Estatísticos e os Boletins do Departamento Estadual de Estatística editados entre 1931 e 1940, temos um quadro que possibilita a compreensão do papel das mutuais na cidade de São Paulo nesse período.

Sabemos que cerca de 57% dos imigrantes que deram entrada no país na Primeira República escolheram como destino a cidade de São Paulo.

Esses números refletem-se também nas organizações mutualistas por etnia, constituindo 90% do total destas entidades. Com isso verificamos a forte presença do trabalhador imigrante em nossa cidade neste período.

Encontra-se 14 mutuais criadas por portugueses nesta época. Percebe-se pelos dados estatísticos que havia uma forte correlação entre a chegada destes fluxos imigratórios portugueses e criação das sociedades mutualistas.<sup>12</sup>

Entre 1887 e 1890 nota-se esse nexos, pois neste período oito associações lusas foram criadas. Mas nem todas etnias de imigrantes valorizavam o mutualismo, como os portugueses. A razão deste fato é que o mutualismo tinha fortes raízes na cultura camponesa e religiosa dos portugueses, sobretudo nas camadas mais pobres.

---

<sup>11</sup> De Luca op.cit. p. 16.

<sup>12</sup> .De Luca. op. cit.p. 125

A integração do imigrante português, apesar da facilidade do uso da mesma língua, esbarrava em novos valores e comportamentos aos quais tinha que se adequar e que aos poucos iam constituindo novas experiências. Enfrentando preconceitos e sentindo-se desenraizados, buscavam nas tradições e convívio com os compatriotas reforçar as memórias da terra natal.

As sociedades e clubes eram o espaço da convivência para manter vivos estes laços, além evidentemente do aspecto previdenciário que os auxiliava a sobreviver nas péssimas condições do mundo do trabalho na época.

As mutuais de estrangeiros como requisito, exigiam para o ingresso nas sociedades possuir a mesma nacionalidade, mas no caso dos portugueses, quase todas estavam abertas também a filhos nascidos no estrangeiro e a nacionais.

A identidade nacional era algumas vezes sobrepujada pela regional, já que muitas dessas associações reuniam os associados por regiões, como por exemplo, A Casa dos Filhos de Seixas.

Essas associações exigiam boa conduta moral e não envolvimento em questões políticas e religiosas além de respeitar as leis do país hospedeiro. Pode-se entender no que tange as questões políticas, as razões das críticas dirigidas pelos anarquistas às mutuais.

O mutualismo por etnia preocupava-se em manter a imagem positiva do país de origem, sua cultura, evidenciando estarem no mesmo patamar dos nacionais. Outro aspecto a ser destacado é o chamado “discurso homogeneizador” das mutuais étnicas.<sup>13</sup>

Os imigrantes portugueses estavam divididos por classes, embora a maioria compusesse o proletariado, alguns tinham amealhado fortuna. “Rejeitados” pela aristocracia cafeeira, buscavam notoriedade junto à colônia, exercendo a benemerência e atuando na administração destas associações. Portanto sob o manto da nacionalidade, as diferenças políticas e de classes desapareciam.

Não se pode esquecer que a pequena camada de imigrantes que amealhou fortuna não encontrou, de imediato, guarida na aristocracia local que insistiu em negar aos estrangeiros, enquanto pode a condição de seus pares.

---

<sup>13</sup> De Luca . op. cit. p.142

É certo que a segregação nunca foi completa, basta ter em conta os vários casamentos que uniram famílias tradicionais à burguesia imigrante. Entretanto, ao lado desta nobilitação, os mais abastados também buscavam o reconhecimento no interior da própria colônia.

Nessa medida, a iniciativa da constituição e ou direção de uma sociedade de auxílios poderia partir de elementos ricos, que se impunham a realização de uma grande tarefa, capaz de redimi-los perante toda a sociedade. Se efetivada esta tarefa tornava-se um símbolo do qual se apropriavam todos, ricos e pobres.<sup>14</sup>

A Liga Propulsora da Instrução em Portugal, fundada em 5 de Janeiro de 1925, na Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, tinha por objetivo proteger desamparados e socorrer enfermos, era liderada por Antonio da Silva Parada . Com a criação dos Gabinetes Portugueses de Leitura, as escolas, liceus e bibliotecas, passaram a oferecer aos portugueses no Brasil possibilidades de desenvolvimento intelectual e profissional .

Outra iniciativa foi a que motivou dois caixeiros: Luis Semeão Ferreira Viana e Rodrigues Salazar, ambos com vinte anos, decidiram conjugar esforços para combater o abandono, a miséria e as dificuldades vividas por muitos de seus compatriotas, através da criação de uma sociedade de auxílio mútuo. No início, outros trabalhadores também de poucos recursos aderiram a idéia: atendentes de balcão, sapateiros, padeiros, chacareiros e por fim atraíram gente com boa posição econômica na colônia, ao todo 118 pessoas, 50 das quais compareceram à primeira reunião a 2 de Outubro de 1859, dando origem a Beneficência Portuguesa de São Paulo .

A maioria absoluta dos sócios fundadores era constituída de comerciantes ou trabalhadores do comércio, comerciários, poucos eram industriais e com profissões artesanais. Nota-se que a presença de dezenove mulheres como sócias, geralmente esposas ou parentes dos sócios fundadores ainda um farmacêutico e um artista, vendedores de loteria, barbeiros, tamanqueiros que também emprestaram sua solidariedade.

---

<sup>14</sup> .Idem, op. cit. p. 143

Um mês depois desta reunião, os sócios decidiram que a finalidade maior da associação, não seria a previdência voltada apenas à favor de sócios mas a beneficência, ficando também à serviço de não associados .

O Estatuto aprovado da nova associação propunha-se dentre seus objetivos a procurar e trabalho, aos desempregados prestar alimentos e socorros àqueles que estivessem impossibilitados, ministrar auxílio aos enfermos e dar sepultura aos sem recursos, além de prestar ajuda aos doentes para deixar a província ou o país quando não tivessem condições financeiras.

Ontem (ante-ontem) reuniram-se alguns cidadãos portugueses em número de 50 para o fim de tratarem da criação nesta capital de uma sociedade beneficente. Presidiu a reunião o Sr. Aires Coelho da Silva Gameiro (...) Aires Coelho era guarda livros da mesma casa de Luis Semeão.<sup>15</sup>

Em 1861, o governo da Província de São Paulo nomeou um interventor que por dois meses dirigiu a Beneficência. Os sócios revoltaram-se, em assembléia chegaram a propor o fim da associação; foi a primeira crise vivida pelo grupo. A sociedade foi preservada, embora tenha perdido alguns sócios. Novos estatutos, médicos voluntários que se ofereciam para atender gratuitamente, dívidas saldadas e a Beneficência sobreviveu.

O atendimento médico passou a ser uma prioridade e o maior objetivo construir um hospital. Em 1866, a associação comprava um terreno nos limites da cidade, na Avenida São João. Doações de material de construção, e em dinheiro, renda de espetáculos, esses recursos foram sendo reunidos durante seis anos. O terreno da São João foi trocado por outro na Rua Alegre, atual Brigadeiro Tobias. Em maio de 1873, foram iniciadas as obras lideradas pelo presidente Joaquim Lopes Lebre, futuro Conde de São Joaquim.

Em agosto de 1876, foi inaugurado o Hospital São Joaquim que passou por um crescimento acelerado. A importância da obra que acompanha o desenvolvimento da cidade, devia-se ao atendimento médico e ao número de sócios e não sócios que eram assistidos pela instituição . Financeiramente a Beneficência consolidava-se, transformando

---

<sup>15</sup> .Correio Paulistano de 4 de outubro de 1859.

numa instituição de prestígio. Em 1891, a associação tinha 1495 associados. Na virada do século passou por uma ampla reforma. No ano de 1901, o rei D. Carlos de Portugal concedeu o título de Real e Benemerita à Beneficência Portuguesa de São Paulo. Em plena guerra, 1914, os equipamentos foram renovados e reformados laboratórios, cozinha e farmácia.

A importância que o hospital gozava em São Paulo pode ser avaliada, pelo fato de que clínicos importantes, passaram a ter consultórios e a operar na Beneficência. No surto de gripe espanhola em 1918, o hospital revelou-se pequeno para a demanda da cidade. Um novo espaço tornava-se necessário. Durante os anos vinte a idéia foi sendo amadurecida. Em 1936, comprou-se um terreno na Rua Maestro Cardim, no recém criado Bairro do Paraíso. A cidade chegava a um milhão de habitantes e um novo endereço começava a ser planejado.

Em 1957, era inaugurada a nova sede, onde se encontra até hoje. Lembramos que o patrimônio da sociedade cresceu significativamente após a adoção do sistema de mordomias, que consistia na contribuição financeira dos diretores para as despesas mensais. O setor de enfermagem em 1940 foi entregue a responsabilidade da Congregação das Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, todas com formação em enfermagem.

Já em 20 de maio de 1898 foi criada em São Paulo a Sociedade Portuguesa Beneficente Vasco da Gama. O nome desta organização lembrava o 4º centenário do descobrimento da Índia. A sociedade compunha-se de cinco classes de sócios: contribuintes, remidos, honorários, beneméritos e benfeitores. Como as demais valorizava os princípios morais só aceitando sócios de profissões honestas e bons costumes.

Aberta a outras nacionalidades desde que prestassem serviços ou contribuíssem com dinheiro. A sociedade oferecia também auxílio financeiro aos doentes, às viúvas e companheiras e escola à filhos menores até doze anos além de ajuda para funeral.

Artigo 1º Sob o título de Sociedade Portuguesa Beneficente Vasco da Gama é fundada nesta capital uma Sociedade de Socorros Mútuos em comemoração ao 4º centenário do grande feito português – o descobrimento da Índia. Os socorros ministrados pela sociedade poderão sel-o em todos os lugares da capital de São Paulo, com quanto que não

fiquem situados além dos perímetros sociaes. A sociedade compôs-se de cinco classes de sócios: contribuintes, remidos, honorários, beneméritos e benfeitores. (...) <sup>16</sup>

Em 1903 comprou um terreno para a sede concentrando todas as atividades na rua Vasco da Gama por mais de sessenta anos. Prestou grande serviço a população paulista em 1918 quando a cidade foi assolada pela gripe espanhola. Em 1950, o governo do Estado de São Paulo reconheceu a entidade como de utilidade pública.

O Clube Português fundado em 14 de julho de 1920 tinha sua sede na Praça do Correio com a Av. São João, equipado com restaurante, salão de diversões, bar e biblioteca com sete mil obras.

A Casa de Portugal foi criada por Ricardo Severo em 1928, quando São Paulo atingia um milhão de habitantes, 80 mil dos quais portugueses.

Na década de trinta São Paulo abrigava inúmeras associações luso-brasileiras: Centro do Minho, Centro Beirão, Centro do Douro, Centro Republicano Português, União Transmontano, Clube Português, Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria, Liga Propulsora de Instituição em Portugal, Sociedade Beneficente Vasco da Gama, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Beneficência Portuguesa e Associação Portuguesa de Desportos .

A Casa de Portugal tinha a intenção de incorporar todas estas associações. Objetivava como as demais minorar as carências dos menos favorecidos e defender a cultura promovendo também a instrução.

A Casa de Portugal vinha ao encontro do projeto unificador e renovador, pensado por vários imigrantes da geração de 1891. Contudo, essa primeira iniciativa não foi avante porque a implantação da República no Brasil foi seguida de convulsões internas, como a Revolta da Armada e Revolução Federalista, que se prolongaram até 1894.

Vinte anos depois, o Dr. Paulino de Oliveira veio para dirigir o Consulado de São Paulo, trazendo com ele o projeto de instalação da Primeira Câmara de Comércio. Desde o

---

<sup>16</sup> . Estatutos da Sociedade Portuguesa Beneficente Vasco da Gama, fundada em 20 de maio de 1898 em São Paulo.

início começou o diálogo com os organizadores para que as iniciativas não concorressem entre si.

Estabelecido o primeiro esboço da Casa de Portugal, em 1912, passa-se um período de seis anos durante o qual se desenrolou essa calamitosa tragédia da Grande Guerra.<sup>17</sup>

Durante os anos da Primeira Guerra a Casa de Portugal foi ativa na área na benemerência, articulando-se internacionalmente para socorrer o país em luta. Em muitos momentos reafirmava sua posição de não querer interferir com a autonomia das demais associações portuguesas, dedicando-se a prestar serviços, fazer consultas jurídicas e informar possibilidades de negócios a toda a comunidade

Em 1935 relacionava os serviços prestados durante este ano aos seus compatriotas: repatriações (22); repatriações com 50% de desconto (7); passaportes grátis (13); reconhecimento de procuração (19); informações sobre repatriação (86) comerciais (81); hospitalizações (13); cartas de chamada (61); habilitações e heranças (11); legalizações de procurações, certidões de nascimento, de casamento e de óbito (110); atendimentos sobre o direito português 280; idem sobre direito brasileiro 149; dentre outras consultas.<sup>18</sup>

A Casa de Portugal com mais de 70 anos de existência presta importantes serviços à comunidade lusa.<sup>19</sup>

O Centro Transmontano de São Paulo foi fundado a 28 de maio de 1932 sob a liderança de Alípio Fernandes, Manoel Augusto Rodrigues Cepeda, Antonio Quintas, Manuel Antonio Pires, Benedito A. Montanha e outros, movidos pelo desejo de criar uma sociedade que lhes proporcionasse assistência e vida social digna.

Nos primeiros tempos surgiu um conflito, já que os estatutos só permitiam que os transmontanos poderiam ser sócios, estando excluídos portanto, as esposas, filhos e

---

<sup>17</sup> .Severo, Ricardo- A Casa de Portugal. Prefação sobre Respingos da História. Boletim da Casa de Portugal Ano I faz.7º out. 1935 p. 1 in Silva, Maria Beatriz Nizza da. Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil 1850-1938. p. 108

<sup>18</sup> . Silva. op.cit. p.112

<sup>19</sup> Atualmente a Casa de Portugal está quase que exclusivamente voltada para atividade sócio-cultural. Conta com mais de mil sócios, aloja o Consulado Geral de Portugal em São Paulo, a Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, a Câmara Portuguesa de Comércio, o Conselho da Comunidade Portuguesa, Galeria de Artes Plásticas, Sala de Pintura e Escultura. Mantém orquestra típica, ranchos folclóricos e coral. Promove seminários, recitais, palestras e exposições.

brasileiros em geral. Muitos diante de tal fato desistiram de se associar, mas mesmo assim cresceu o número de sócios da entidade.

A pequena sala já não comportava a sociedade que foi transferida para a Rua 11 de Agosto e em seguida para a Rua Florêncio de Abreu no prédio Almeida Lande, onde a Diretoria finalmente resolveu a questão da exclusão de esposas e brasileiros, aceitando todos dali por diante.

Durante a Segunda Guerra Mundial a Sociedade passou a ser denominada Centro Guerra Junqueira, em homenagem a seu patrono e para contornar as exigências feitas pelo governo brasileiro da época. Após a Guerra no ano de 1958 retornou a denominação, Centro Transmontano. A exigência de uma sede própria, começou a mover os associados, para nela instalar consultórios, atendimento, reuniões e festividades. A Sociedade tem hoje no seu plano de saúde 300 mil associados.

O mutualismo português resultou em inúmeras entidades, hoje centenárias, que contribuíram para socorrer e integrar o imigrante português em São Paulo no início do século XX.

## **MÃOS FEMININAS PORTUGUESAS LUTANDO CONTRA A EXCLUSÃO**

A imigração está diretamente relacionada à expansão da economia cafeeira e crise do trabalho escravo no Brasil. Os cafeicultores conseguiram que, a partir de 1880, o governo subsidiasse a imigração, atendendo às solicitações da elite agrária que substituíam o escravo por imigrantes em grandes unidades familiares, com farta e barata mão-de-obra infantil e feminina, indispensáveis na colheita do café e aumentando consideravelmente a produtividade.

As condições de vida e trabalho nas fazendas de café eram difíceis: contratos não cumpridos pelos fazendeiros, baixa remuneração, multas, endividamentos, violência física

contra os colonos<sup>20</sup>. A instabilidade dos preços do café no mercado internacional fazia crescer os conflitos entre fazendeiros e colonos, que buscavam as cidades como melhor alternativa de sobrevivência. No caso dos portugueses, Santos e São Paulo eram as mais procuradas. Aqueles que deixavam as lavouras de café, procuravam nas cidades ocupações no mercado informal, na indústria, serviços ou abrindo pequenos negócios associados a outros conterrâneos.

Na indústria têxtil em São Paulo, os portugueses representavam 12% da mão-de-obra que era basicamente feminina. Em outros segmentos industriais como fiação, tecelagem, malharias, com a produção de chapéus, fósforos, chocolates e cigarros, atingiram 22% dos trabalhadores com predomínio também feminino.<sup>21</sup> As crises econômicas, o desenvolvimento tecnológico e a política de intensificação de fluxos imigratórios, fazendo crescer o exército reserva de trabalhadores, gerava intensa instabilidade, conflitos entre patrões e empregados, produzindo tensões e miséria entre estes imigrantes.

Em Santos, a mão-de-obra feminina portuguesa era utilizada nos armazéns do porto como catadoras de café, recebendo como pagamento uma pequena parte do café recolhido que posteriormente revendiam no varejo. Costuravam também a sacaria utilizada para acondicionar o produto. Pela cidade de São Paulo, era comum se ver verdureiras que comercializavam flores, verduras, ovos, batatas, cebolas, provenientes de chácaras que exploravam nas cercanias da cidade. Além dos trabalhos domésticos, as mulheres portuguesas complementavam a renda com estas atividades. As especialidades da cozinha portuguesa, doces e salgados, os famosos pastéis de Santa Clara e Belém, eram vendidos pelos filhos menores nos parques e logradouros públicos tais como teatros, igrejas, e no Jardim da Luz.

Como empregadas domésticas eram as preferidas, vistas como trabalhadeiras e honestas. Muitas vezes, vários membros da mesma família trabalhavam na mesma casa em diferentes atividades: copeiras, cozinheiras, jardineiros, motoristas. Algumas famílias

---

<sup>20</sup> Idem, *ibidem*, p. 62.

<sup>21</sup> Idem, *ibidem*, p. 65.

preferiam empregadas brancas, discriminando as negras e mulatas. Morando com os patrões, evitavam os gastos com aluguel e alimentação, mas submetiam-se a jornadas intermináveis e ausência de privacidade. Para obterem uma sobrerenda, as mulheres casadas lavavam e engomavam roupas para fora.

As costureiras especializadas em sacarias para o café, também desenvolviam seus trabalhos nos domicílios. As dificuldades de recuperar as trajetórias destas trabalhadoras no espaço doméstico, em virtude das “barreiras documentais,”<sup>22</sup> reduz o papel feminino nas formas de resistência, greves, conflitos, que ocorriam na São Paulo do início da industrialização.

Havia uma verdadeira segmentação no mundo do trabalho operário da época: o grupo do trabalho fabril, visto como disciplinado e separando o espaço público do trabalho, do mundo privado; e as trabalhadoras domésticas, vistas como um segmento em extinção, secundário, desarticuladas dentro do mundo industrial e moderno que se anunciava. Ignorava-se que este trabalho domiciliar exigia grande organização do tempo e do espaço para se desenvolver e era desempenhado em habitações sem conforto e estrutura, como os cortiços. A submissão destas trabalhadoras através do isolamento nos lares sempre foi levantada pela historiografia, como uma “*estratégia patronal para esvaziar as reivindicações*”.<sup>23</sup>

Por outro lado, o tempo de trabalho feminino no domicílio era marcado por uma fragmentação de atividades e tarefas, em número de horas muito superior ao trabalho fabril e pior remunerado, mas que de certa forma permitia conciliar o trabalho com a casa, os filhos e a família, um meio caminho entre o público e o privado, que apesar da precariedade, possibilitava a subsistência. O discurso patronal acentuava as vantagens no trabalho domiciliar permitindo desenvolver renda e cuidados da família, “sem perder a feminilidade”. No caso da imprensa operária havia esporadicamente críticas às condições do trabalho de agulha e sua passividade social.

---

<sup>22</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho*. Bauru, Edusc, 2002. p. 90.

<sup>23</sup> Idem, p. 94.

## **NEM CONFORMISMO, NEM PASSIVIDADE NA FACE FEMININA DO TRABALHO.**

Tanto para a imprensa operária como para o patronato, o trabalho no domicílio era menos passível de greves e reivindicações. Para a imprensa operária, estes trabalhadores minavam os movimentos porque durante as greves continuavam produzindo, além disto não eram tão articulados politicamente; o próprio isolamento e a fragmentação dificultavam a criação de vínculos. Contudo, questionando esta leitura tanto da Historiografia como da Imprensa operária, verificam-se várias formas de resistência desta mão-de-obra:

(...) no ritmo lento da produção, nos atrasos propositados, no alargamento do ponto, agilizando o trabalho remunerado por peça, mas pecando contra a qualidade do serviço, boicotava-se deliberadamente ou não a produção. (Matos)

Várias associações desmentem também a passividade destas trabalhadoras. Em 1906, foi fundada a União das Operárias Costureiras; em 1908, o Sindicato das Costureiras de Carregação – provavelmente uma extensão da Liga de Resistência das Costureiras, também criada em 1906. No mesmo ano, a líder da Associação das Costureiras de Sacos, Ernestina Lesina, convocava as companheiras para a redução da carga horária das que trabalhavam nas oficinas, aumento de preço pago pela costura e organização de um sindicato.

No jornal anarquista “La Battaglia” são feitas denúncias relatando a violência da polícia contra as grevistas e a quebra pelos patrões dos acordos firmados com trabalhadoras. O jornal trata as grevistas por “mulheres indefesas”, incapazes de resistir. Mesmo na imprensa operária era intenso o preconceito pelo trabalho domiciliar e suas formas de resistência. Em 1919, as costureiras de carregação finalmente criaram sua organização – a União das Costureiras de Carregação – gerando admiração em outros

segmentos operários. Nos Boletins do Departamento Estadual do Trabalho<sup>24</sup> novas denúncias surgiam sobre as péssimas condições do trabalho domiciliar.

Com a eclosão de epidemias aparece uma nova preocupação do poder público: as doenças, sobretudo a tuberculose e o perigo da contaminação através deste tipo de atividade nos domicílios. As exigências do capital e o discurso higienista questionavam cada vez mais os trabalhos no domicílio, auxiliados por medidas difundidas pela escola, puericultura legislação, separando o espaço público do trabalho nas fábricas, do espaço privado das famílias que não deveriam se misturar, a bem da saúde da população e até das condições morais. Em fins do século XIX e início do século XX, o trabalho doméstico era uma alternativa para o desemprego que, de forma intermitente, atingia a massa de trabalhadores urbanos. Em 1920, a população da cidade de São Paulo atingia 579 mil habitantes; neste universo cerca de 30 mil mulheres estavam no setor industrial e 12723 no trabalho doméstico. Havia uma preferência por empregadas portuguesas, uma vez que muitas já exerciam esta atividade na Ilha da Madeira ou em Lisboa e no Porto, para fugir do árduo trabalho no campo. Os anúncios de jornais, sobretudo em casas de estrangeiros solicitavam domésticas portuguesas. Os patrões estrangeiros geralmente respeitavam os horários e pagavam melhores salários do que as famílias brasileiras.

Oferece-se senhora portuguesa para dama de companhia, governante ou ropeira, dando as melhores referências. Rua Santa Luzia nº 34.<sup>25</sup>

Trabalhando nas mais variadas atividades, cozinheiras, amas-de-leite, copeiras, damas de companhia, lavadeiras, embora com poucos rendimentos, viam neste trabalho a vantagem de receber casa e alimentação. As redes sociais e relações familiares empregavam os recém chegados em casas de conhecidos e mesmo parentes. Nem sempre estas relações eram harmoniosas: ao mesmo tempo em que protegiam parentes pobres num ambiente desconhecido, produziam intensa exploração dos mesmos, muitas vezes apenas

---

<sup>24</sup> *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho* – ano IV nº 17- 4º trim, 1915

<sup>25</sup> Documento 9 In: *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil – 1850-1938*, p. 56-57.

em troca de casa e comida. Muitas denúncias por maus-tratos e trabalho escravo chegavam até as autoridades policiais.

Meninas pequenas eram empregadas em casas de família, trabalhando como adultos. As folgas e saídas eram muito controladas, alguns anúncios já estabeleciam que não haveria folga aos domingos; outros estipulavam a alternância: um domingo sim, outro não. As famílias da elite se reuniam para almoços e jantares aos domingos e as rotinas dos criados nestes dias eram sobrecarregadas. As lavadeiras no início do século, utilizavam-se dos leitos dos rios, sobretudo do Tamanduateí, na várzea do Carmo, para atender sua freguesia. Poucas residências tinham fornecimento de água e esta era vendida em barris ou através de chafarizes espalhados pela cidade. O poder público mantinha três grandes reservatórios: Cantareira, Consolação e Avenida, para fornecimento de água à população em boas condições de higiene. As lavadeiras não podiam entrar nos bondes com as trouxas de roupa; desciam a pé a ladeira, entravam na água para fazer seu trabalho. Intenso relacionamento, troca de experiências e cantos, marcava o ritmo da lavagem.

Os problemas epidêmicos e o discurso higienista forçavam a população a ter água na residência. Nas habitações coletivas e ruas, eram instaladas torneiras para abastecer os moradores. Branquear, engomar e passar exigia técnica e habilidade. Proibidas de lavar roupas nos córregos e rios, enfrentavam o poder público que acreditava que as epidemias eram resultado da contaminação pela lavagem de roupas em tinas coletivas. A lavagem reprimida nos espaços públicos passou a ser feita no interior das residências, sendo as lavadeiras contratadas como diaristas ou mensalistas.

O mesmo discurso higienista atingia também as amas-de-leite, atividade que proporcionava melhores ganhos. Muito utilizada nas famílias da elite por mães que não podiam amamentar por questões de saúde, perda do leite ou por vaidade. A preocupação médica - higienista era com a transmissão de sífilis e outras doenças venéreas, além da tuberculose. O Instituto da Maternidade realizava exames nas amas-de-leite para fornecer o atestado de saúde que permitia o exercício da profissão. As condições precárias de moradia, a pobreza e a falta de higiene resultavam em elevado índice de mortalidade infantil. As questões de saúde e a mudança nas relações familiares, produziram um questionamento que

resultou no discurso de retorno da mulher ao mundo privado – voltando-as para o espaço doméstico – amplamente apoiado pela educação e legislação. As amas-de-leite passaram a ser vistas como incompatíveis com o novo modelo de família. O temor de doenças, o medo da contaminação e a força do discurso higienista na cidade e no lar empreendiam mudanças no modelo familiar e nas expectativas em relação à mulher. As relações entre patrões e criados eram também extremamente ambivalentes, um misto de intimidade e agressões. Os vínculos marcados pelo paternalismo ocultavam os conflitos, priorizando a harmonia e a autoridade, tão típicas da sociedade patriarcal brasileira. As imigrantes portuguesas estiveram em todas estas atividades, lutando para sobreviver e vencer a exclusão, muitas vezes resistindo e enfrentando conflitos e desafios na nova terra que abraçaram em São Paulo, no início do século XX.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade - Lembrança de Velhos*, São Paulo, Cia das Letras, 1994.
- COSTA, Leite Jr.. *A emigração portuguesa: a lei e os números. Análise Social* - Tese de Doutorado, Universidade de Colúmbia, 1994.
- DE LUCA, Tânia- *O Sonho do Futuro Assegurado. O Mutualismo em São Paulo*, São Paulo. Contesto 1990--
- FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América - A imigração em massa para a América Latina*, São Paulo, Edusp, 2000.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Portugueses em Brasil en Siglo XX*, Madrid, Editorial Mapfre, 1994.
- MATOS, Maria Izilda e Soller, Maria Angélica (org). *A cidade em debate*, São Paulo, Olho D'Água, 1987.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura. História, Cidade e Trabalho*. Bauru, Edusc, 2002.
- PASCAL, Maria Aparecida Macedo (co-autoria). *Pobreza e Exclusão Social de Trabalhadores Nacionais e Portugueses em São Paulo no período de 1890 a 1930 e*

*Repercussões na Contemporaneidade – In: Anais do Colóquio Internacional Modelo Latino de Proteção Social Reflexões sobre o Estado de Previdência Em Portugal, Espanha e Brasil.* Universidade Técnica de Lisboa, setembro de 2001.

PEREIRA, Miriam Halpern. Liberdade e Contenção na Imigração Portuguesa (1850-1930) in Atas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX e XX

RODRIGUES, Marli. *O Brasil na década de 1910 - a fábrica e a rua, dois palcos de luta.* – Ática, 1997.

SERRÃO, Joel. *Emigração Portuguesa*, Lisboa, Horizonte.

## REVISTAS

FELDMANN, Bela Bianco. *Re-construções da classe, etnicidade e nacionalismo entre imigrantes portugueses*, Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 38, Coimbra, 1993 p.201.

*Oceanos, Portugueses no Brasil Independente* - nº 44, outubro/dezembro, Editora Comissão Nacional dos Descobrimentos.

SANTOS, Boaventura Souza. *Modernidade, Identidade e Cultura de Fronteira* - Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 38, Coimbra, 1993, p.34.